

Parecer nº 82/97

Data: 1997.07.24

Processo nº 238

Reclamante: A. Sousa Santos

Entidade reclamada: 2ª Repartição de Finanças de Leiria

1. O Advogado A. Sousa Santos, com escritório em Leiria, requereu, em 15 de Julho de 1996, ao Chefe da 2ª Repartição de Finanças de Leiria, que lhe fossem certificados os herdeiros constantes de um processo de imposto sucessório, fundamentando que a certidão se destinava a instruir um processo judicial pendente.
2. Invocando as limitações da Lei nº 65/93, de 26 de Agosto – LADA, ao acesso de terceiros a documento que classificava de nominativo e a alínea a) do artigo 17º do Código de Processo Tributário, por despacho de 16 de Julho de 1996 o Chefe da Repartição indeferiu o pedido.
3. Aparece só agora a fotocópia de uma reclamação do Advogado dirigida à CADA e enviada pelo ofício nº 5643, de 2 de Julho de 1997, da Direcção de Serviços de Justiça Tributária com outros documentos e, pelos carimbos de 31 de Julho e 1 de Agosto (ambos de 1996), é de presumir que na Repartição de Finanças de Leiria tenha sido apresentada.

Para além de não ter sido devida e oportunamente encaminhada, a verdade é que o reclamante nunca cuidou de saber junto da Comissão o que entretanto se haveria passado.

De outras fotocópias juntas ao mencionado ofício, parece inferir-se que a reclamação para a CADA teria sido tratada como um recurso hierárquico para o Director Distrital de Finanças de Leiria.

A Informação/Parecer do Chefe de Repartição com data de 21 de Agosto de 1996, com argumentos mais circunstanciais, mantém-se no sentido do indeferimento.

4. A remessa da reclamação à CADA, só agora recebida, foi feita em cumprimento do despacho, de 18 de Junho do ano corrente, do Subdirector Geral da área de Justiça Tributária por se tratar de matéria da competência desta Comissão.
5. Todo este procedimento poderia considerar-se, no mínimo, “bizarro”, não fora o facto de ter como protagonista um advogado. Com acrescida obrigação de conhecer as leis e os processos adequados, não remeteu a reclamação ao destinatário e nem sequer, durante um ano, procurou saber o que, entretanto, se havia passado.
6. O inusitado da situação levou a relatora do processo a contactá-lo (ofício fax nº 319 de 15 de Julho), convencida de que a satisfação do pedido havia sido feita através de meio processual mais adequado e expedito e pudesse determinar-se o arquivamento do processo sem conhecimento do pedido.

Ao contrário, verificou-se que o reclamante mantém o interesse e urgência na certidão ainda não obtida e pretende provar, por uma fotocópia que juntou do ofício de 22 de Agosto da Repartição de Finanças, que a reclamação teria sido devidamente encaminhada para a CADA.

Todavia, esse ofício prova sim, e cabalmente, que o Advogado, para além de ter entregue a reclamação a órgão incompetente - situação regulada pelo artigo 34º do Código de Procedimento Administrativo - teve atempado conhecimento de que o encaminhamento não havia sido feito. De facto, o ofício é do seguinte teor:

“Comunico a V. Ex^a que a reclamação supra referenciada foi, nesta data, remetida ao Exm^o Senhor Director Distrital de Finanças de Leiria, com vista a superior apreciação”.

7. A apresentação de requerimentos é genericamente regulada pelos artigos 77º e seguintes do Código de Procedimento Administrativo.

Se bem que os requisitos formais não tenham no procedimento administrativo valor autónomo, e não possam, portanto, impedir a tutela de direitos por deficiências exclusivamente ligadas à forma, a apreciação do pedido é impedida quando a ausência dos necessários requisitos é atribuível a erro indesculpável.

Esta situação é prevista no nº 3 do artigo 34º do referido Código, ao dispor:

“Em caso de erro indesculpável, o requerimento, petição, reclamação ou recurso não será apreciado, de tal se notificando o particular em prazo não superior a quarenta e oito horas”.

Quando o erro é desculpável (cfr. alínea b) do nº 1) , o nº 2 do mesmo artigo admite a possibilidade de começar a correr novo prazo.

Face ao referido dispositivo legal, considera-se que uma reclamação dirigida à CADA, sem data, apresentada pelo Advogado na 2ª Repartição de Finanças de Leiria em Agosto de 1996 e até agora sem qualquer seguimento por parte do reclamante, preenche os pressupostos para a qualificação do erro indesculpável cominado com a não apreciação do pedido.

Com efeito, um advogado tem o dever acrescido de conhecer as leis e os procedimentos adequados: não se trata de um qualquer cidadão ignorante que

pacientemente aguardasse, na sua boa fé, que a reclamação fosse encaminhada e tivesse a devida apreciação e resposta.

Aliás, ao referir que não accionara o artigo 82º da LEPTA por aguardar o resultado da reclamação, o reclamante não justifica o desinteresse manifestado durante um ano, nem sequer assume que lhe foi dado conhecimento de que a reclamação havia sido enviada ao Director Distrital de Finanças de Leiria com vista a superior apreciação, como consta de ofício referido e recentemente trazido ao nosso processo.

8. Conclusão

Atentos todos os fundamentos expostos anteriormente, a Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos delibera não se pronunciar sobre a matéria da reclamação (sem data) dirigida à CADA pelo Advogado reclamante e por ele entregue na 2ª Repartição de Finanças de Leiria, por ser de parecer que esta situação preenche os pressupostos da aplicação do nº 3 do artigo 34º do Código de Procedimento Administrativo - erro indesculpável - sancionada pela sua não apreciação.

Este entendimento não obsta a que o interessado possa accionar de novo, como qualquer cidadão, o pedido de acesso ao documento administrativo pretendido, nos termos da LADA.

Comunique-se.

Lisboa, 24 de Julho de 1997

Branca do Amaral (Relatora) - *João Figueiredo* – *Hélio Corvelo de Freitas* – *José Renato Gonçalves* - *João Labescat* – (Tem voto de conformidade dos vogais Dr. Fernando Condesso e Dr. José Magalhães que não assinam por já não se encontrarem presentes) – *Armindo José Girão Cardoso* (Presidente)